



Ministério da Educação – Brasil  
Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri – UFVJM  
Minas Gerais – Brasil  
Revista Vozes dos Vales: Publicações Acadêmicas  
Reg.: 120.2.095 – 2011 – UFVJM  
ISSN: 2238-6424  
QUALIS/CAPES – LATINDEX  
Nº. 19 – Ano X – 05/2021  
<http://www.ufvjm.edu.br/vozes>

## **Território “rio Grande”, Diamantina-MG: Ocupação histórica, uso e estado ecológico**

Pedro Pinto Godoy

Engenheiro Ambiental pela Universidade FUMEC - Brasil  
Discente de Iniciação Científica pela Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri – UFVJM/Diamantina – Brasil

<http://lattes.cnpq.br/6214726311345571>

E-mail: [pedropintogodoy@gmail.com](mailto:pedropintogodoy@gmail.com)

Prof. Dr. Alex Sander Dias Machado

Doutor em Ciências pela FMVZ/ Universidade de São Paulo – USP/SP – Brasil  
Prof. Adjunto da Faculdade de Medicina de Diamantina - FAMED da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri – UFVJM/Diamantina – Brasil

<http://lattes.cnpq.br/0140310267842976>

E-mail: [mamiferomarinho@gmail.com](mailto:mamiferomarinho@gmail.com)

**Resumo:** Este estudo faz uma análise do rio Grande (Córrego da Palha), da cidade de Diamantina-MG, enquanto “território”, valendo-se do ponto de vista político administrativo, a partir de aspectos legais, históricos/culturais, afetivos da população e do ambiente natural do leito e margens do rio. O rio Grande foi o caminho de chegada ao ouro do Tijuco e precursor do povoamento garimpeiro que deu início à cidade. Atualmente, no trecho urbano do rio, suas margens apresentam-se ilegalmente ocupadas e a população está insatisfeita com o estado do rio. A aplicação de protocolo de avaliação do estado ecológico do rio Grande demonstrou que em sua nascente seu estado ecológico é caracterizado como “natural”, passando a “impactado” nos pontos com maior densidade populacional e “alterado” no ponto à jusante, mais distante da cidade. Na maioria das cidades brasileiras a ocupação também se deu dessa forma: às margens de rios e com negligências de políticas públicas de preservação ambiental. Até hoje a própria legislação não

garante a manutenção de ambientes naturais urbanos. O rio Grande como território é imprescindível para a população diamantinense que o reconhece como parte essencial de sua história antiga e atual. A revitalização do rio é ainda possível e resgataria valores ecológicos e culturais desta cidade Patrimônio histórico e cultural da humanidade.

**Palavras-chave:** Território. Rios urbanos. Estado ecológico. Valores culturais.

## Introdução

Historicamente, a água já foi bem sagrado, de onde vinham as bênçãos e fartura (SILVA, 1998). A partir da revolução industrial, os rios passaram a serem vistos como “recursos hídricos”, renegados à captação de água e receptores de dejetos urbanos para as cidades. Assim, o ser humano deixou de observar as possíveis consequências desse uso indiscriminado da água, sem pensar em sua quantidade ou qualidade. Atualmente, pelo aumento da população, rios urbanos tem se tornado grandes receptores de esgotos *in natura*, captados e/ou não tratados pelas companhias de saneamento (BACCI; PATACA, 2008).

Diamantina, Patrimônio Histórico e Cultural da UNESCO desde 1999, possui 61,65% dos domicílios com rede de esgoto sanitário, que são despejados com e sem tratamento no rio Grande (GARRAFONI; PEREIRA, 2012; VIANA, 2018). O Córrego da Palha (IBGE, 2010), popularmente conhecido como rio Grande, tem suas nascentes no bairro Glória e na Serra dos Cristais. Percorrendo grande trecho urbano onde recebe efluentes domésticos, comerciais e industriais de diversos pontos, o rio Grande se torna impróprio para qualquer utilização humana (CONAMA, 2006). Ao final do bairro Palha, o rio Grande entra em confluência com o também contaminado córrego da Prata, cuja confluência de ambos os rios foi palco do início da história da cidade. O trecho após essa confluência, popularmente conhecido como córrego “Junta-junta”, deságua no Ribeirão do Inferno que, por sua vez, é afluente do rio Jequitinhonha (VIANA, 2018).

Contudo, para que essa situação mude e o rio seja novamente utilizado e amado pela população, precisamos trabalhar em várias frentes interdisciplinares. A recuperação de um rio só é possível com a adesão da população de suas margens, a partir de uma reconstrução de valores afetivos desta população com o curso d’água (SILVA, 1998). Este estudo utiliza protocolos de avaliação de trechos de rios

que buscam aliar uma análise da paisagem, por observação, utilizando critérios físicos do rio até a presença de elementos humanos (canos, esgoto, pontes, etc.), ao estado ecológico e sanitário do rio (CALLISTO et al, 2002). O estudo faz uma análise do rio Grande da cidade de Diamantina-MG, com base na discussão de território que o geógrafo Milton Santos propôs sobre o tema, não apenas do ponto de vista político administrativo, mas a partir de aspectos legais, históricos/culturais, e afetivos da população e do ambiente natural. O objetivo deste estudo foi compreender nos seus aspectos legais, históricos/culturais, naturais e afetivos por parte da população local, o território do rio Grande (Córrego da Palha).

### **Procedimento de pesquisa**

#### a) Levantamento da legislação

Foram realizadas buscas em fontes bibliográficas da legislação que rege as questões legais da ocupação das margens de rios urbanos.

#### b) Histórico da ocupação humana do rio Grande

Foi realizado busca bibliográfica na Biblioteca Antônio Torres - Diamantina e em sites que descrevem sobre a história da cidade de Diamantina e a especificidade da importância do rio Grande para o desenvolvimento do município. Para esta pesquisa foram utilizados principalmente dois livros clássicos que descrevem sobre o início do povoamento da cidade: “Arraial do Tijuco – Cidade Diamantina”, de Aires da Mata Machado Filho; e “Memórias do Distrito Diamantino”, de Joaquim Felício dos Santos.

#### c) Relações afetivas da comunidade com o rio Grande

Foi realizado levantamento bibliográfico em jornais locais (A Voz de Diamantina e outros) e em plataformas digitais como *Youtube* e *Facebook*, buscando reportagens publicadas sobre temas onde a opinião da comunidade sobre o rio fica explicitada.

#### d) Protocolo de Avaliação do Estado ecológico do rio Grande

Foi aplicado o Protocolo de Avaliação Rápida das Condições Ecológicas de Trechos – PAR (CALLISTO et al, 2002) em 5 pontos de trechos do rio Grande. Essa avaliação foi realizada uma só vez no inverno de 2019, período seco quando as chuvas são mais escassas.

## **Resultados e discussão**

### a) Levantamento da legislação

O primeiro Código Florestal brasileiro foi instituído pela Lei nº 4.771 no ano de 1965 e definia as Áreas de Preservação Permanente (APP). Contudo, as áreas urbanas não eram mencionadas nessa lei, sem receberem tratamento diferenciado das áreas rurais, talvez pelo fato de a população brasileira ser, naquela época, predominantemente rural. Dessa forma, historicamente, sempre houve desrespeito às APPs dentro das cidades (REZENDE; ARAÚJO, 2016).

As APPs em área urbana foram regulamentadas com obrigatoriedade em 1989, com a Lei nº 7.803, quando a população do Brasil vivia um contexto predominantemente urbano.

Já em 2006, a Resolução nº 369 do Conselho Nacional de Meio Ambiente (CONAMA, 2006) regulamentou questões complexas como a possibilidade de intervenção ou supressão de vegetação em Área de Preservação Permanente, em casos excepcionais de utilidade pública, interesse social, ou atividade de baixo impacto ambiental.

Atualmente o que rege sobre a ocupação das margens de rios urbanos é a [Lei Nº 12.651, de 25 de maio de 2012](#), ou novo Código Florestal, que revogou o antigo (Lei 4.771) e outras leis e medidas provisórias. Nele estão estabelecidas normas gerais sobre a proteção da vegetação, Áreas de Preservação Permanente e dá outras providências. Especificamente sobre a delimitação das Áreas de Preservação Permanente, “considera-se Área de Preservação Permanente, em zonas rurais ou urbanas, para os efeitos desta Lei: As faixas marginais de qualquer curso d’água natural perene e intermitente, excluídos os efêmeros, desde a borda da calha do leito regular, em largura mínima de 30 (trinta) metros, para os cursos d’água de menos de 10 (dez) metros de largura.”.

A ocupação humana existente às margens de todo trecho urbano do rio Grande (Córrego da Palha), não se encontra em conformidade com a lei vigente (Lei Nº 12.651, de 25 de maio de 2012).

b) Histórico da ocupação humana do rio Grande

A formação de Diamantina iniciou-se pela exploração de ouro e do diamante e os rios da cabeceira do Jequitinhonha, próximos a atual cidade, foram as vias de acesso à região.

No final do século XVII, após a fama das riquezas auríferas do Serro Frio (atual Serro/MG), um grande número de aventureiros foram atraídos para a redondeza em busca de ouro. Uma bandeira composta de portugueses, mamelucos e sertanistas paulistas desbravava serras, matas e rios até chegarem às bordas do rio Jequitinhonha, em uma região hoje conhecida como “Coronel”. Por não encontrarem ouro no entorno daquele local, os bandeirantes, orientados pela vista do Pico do Itambé, dirigiram-se para o ocidente em uma jornada até à confluência de dois córregos, posteriormente nomeados Piruruca e rio Grande (SANTOS, 1976).

Os nomes desses dois rios, desde o surgimento da cidade até os dias atuais, entram em divergências toponímicas, em quesitos orais/populares, artigos acadêmicos e registros de cartas e mapas oficiais. No acervo digital da Biblioteca Nacional de Portugal (BNP) contém um mapa da “Demarcação Diamantina” do ano de 1776 que, segundo o site, *“pode ter feito parte de um anexo da correspondência trocada entre a Real Extração dos Diamantes, no Arraial do Tejuco, e a Directoria dos Diamantes, em Lisboa”* (BNP, 2019). Nesse mapa (Figura 1), os rios Piruruca e Grande são chamados, respectivamente, de Bicas e S. Francisco (Figura 2). Já no mapa do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), censo de 2010, ambos os rios são nomeados, respectivamente, córrego da Prata e córrego da Palha (Figura 3).

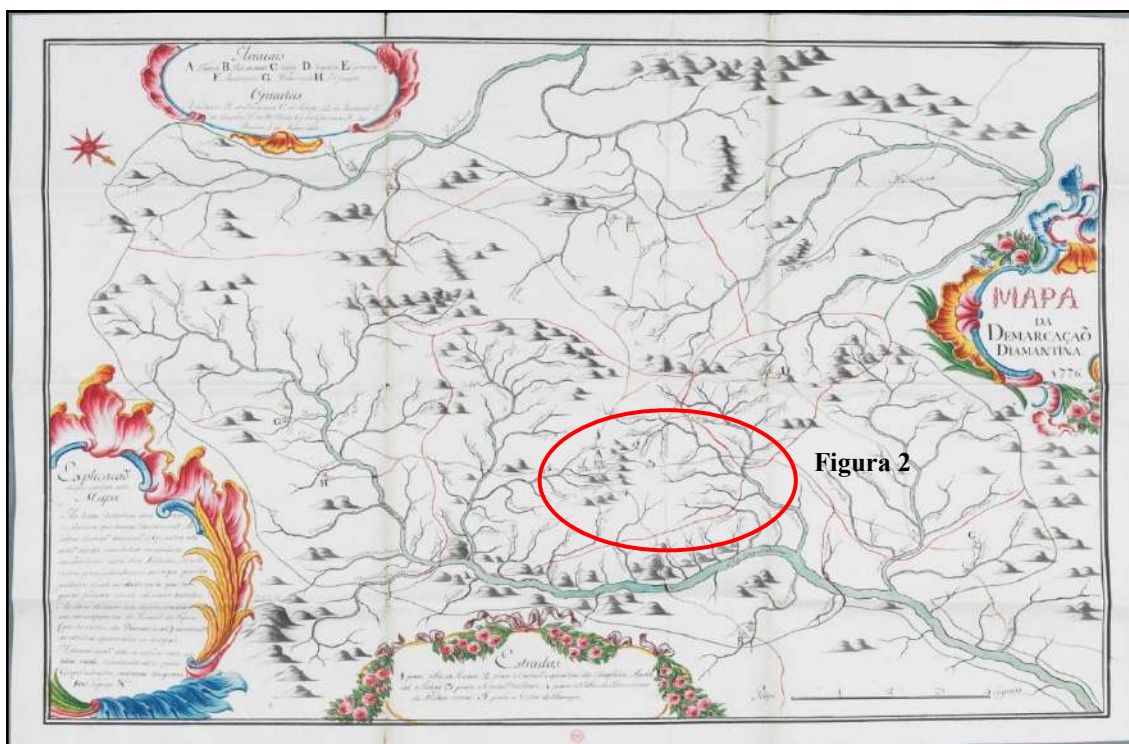


Figura 1 - Mapa da Demarcação Diamantina de 1776 adaptado (BNP, 2019).

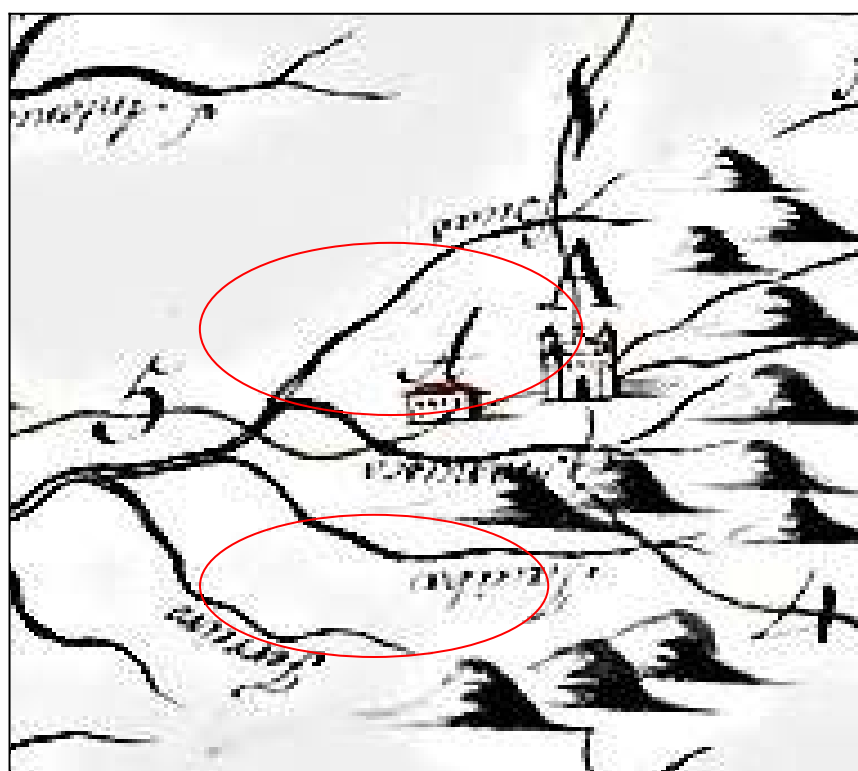


Figura 2 - Recorte Mapa da Demarcação Diamantina. Rotação 180° para leitura dos nomes dos rios (adaptado BNP, 2019) – Rio S. Francisco (círculo superior) e rio Bicas (círculo inferior).

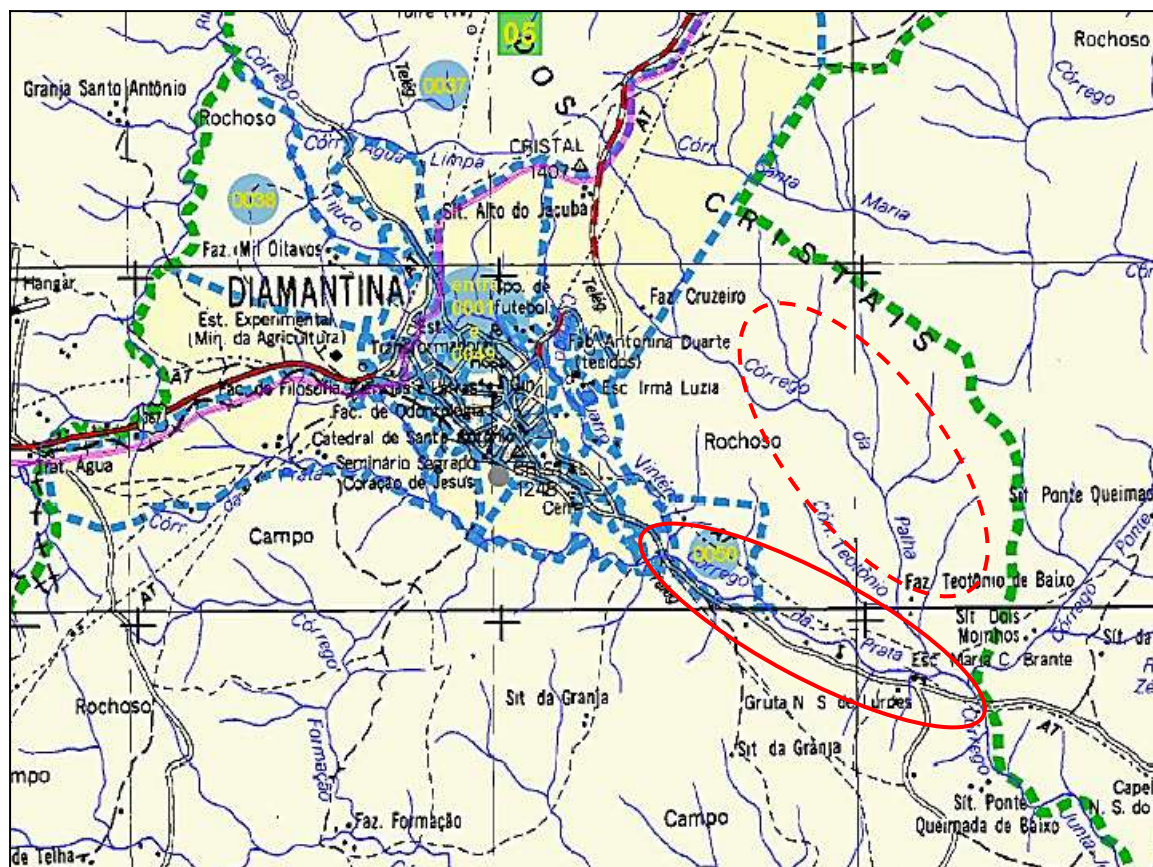


Figura 3 - Diamantina e cursos d'água (adaptado IBGE, 2010) – Córrego da Palha (círculo tracejado) e córrego da Prata (círculo contínuo).

Ao chegar na confluência dos dois rios mencionados, o grupo de bandeirantes, levados à sorte, seguiu o percurso do Piruruca (atual córrego da Prata), à esquerda, até quase suas cabeceiras. Os bandeirantes exploraram o leito e as margens e encontraram ouro em abundância, estabelecendo aos poucos um pequeno arraial (SANTOS, 1976). Nos dias de hoje, com a expansão da cidade de Diamantina, essa região já contém área urbanizada e muitos loteamentos e residências rurais (Figura 4).

Pouco tempo depois da notícia desse novo descoberto, uma outra bandeira de aventureiros, seguindo o mesmo roteiro, chegava ao ponto de confluência do Piruruca e Rio Grande. Por estar ocupado o lado esquerdo (rio Piruruca), seguiram o rio do lado direito (rio Grande). Os novos bandeirantes subiram até uma vasta área pantanosa (tremendal) que os impossibilitaram de continuar. Por cima do tremendal, no flanco oriental do morro, nascia um pequeno arroio (ou rego d'água) que se dispersava no Rio Grande. Os aventureiros deram o nome do pequeno arroio de Tijuco que na língua indígena significa *lama*. O grupo encontrou ouro em

quantidade nunca vista em outra parte da capitania e ali se estabeleceram, à margem direita do Tijuco, lugar nomeado Burgalhau (SANTOS, 1976).

Novos mineiros surgiam tanto no lado do rio Grande quanto do Piruruca. Contudo, eram dois povoados ainda fracos e sem estrutura para resistir ao ambiente cheio de animais e indígenas. Dessa forma, era conveniente e necessária a união dos dois povoados. Apesar de mais recente, o Tijuco apresentava-se mais populoso e com lavras mais ricas, vastas e duradouras. Assim, naturalmente o Piruruca foi deixado e o Tijuco ganhando importância. O povoado ocupou a região do Burgalhau, ergueu uma capela e escolheu Santo Antônio para padroeiro. O morro do povoado tomou nome de Morro de Santo Antônio e assim, foi constituído um arraial batizado com o nome do córrego do qual fora fundado: Arraial do Tijuco (SANTOS, 1976).

Como na maioria das cidades não planejadas, a expansão e crescimento de Diamantina se deu de forma desordenada. Assim, as margens do rio Grande (córrego da Palha) e de seus afluentes foram sendo ocupadas à medida em que a população ascendia, como representado nas figuras 4 e 5 abaixo.



**Figura 4 – Diamantina e córregos (adaptado Google Earth, 2020) - Rio Grande (seta vertical) e córrego da Prata (seta horizontal).**



**Figura 5 - Ocupação humana à margem do rio Grande (Os autores, 2019).**

c) Relações afetivas da comunidade com o rio Grande

Toda população se estabelece em um local devido à presença de água. Desde o surgimento do Arraial do Tijuco, atual Diamantina, as águas do rio Grande e seus afluentes eram usadas para consumo e lazer da população (MACHADO FILHO, 1980).

Com o crescimento de forma desordenada, sem planejamento e sem recurso financeiro voltado para infraestrutura e políticas públicas, o rio Grande de Diamantina foi se tornando receptáculo de esgoto ao longo dos anos. Algumas reportagens encontradas no jornal *Voz de Diamantina* e nas plataformas de vídeos *YouTube* e *Facebook*, refletem essa problemática que perdura até os dias atuais:

- 1) *Voz de Diamantina* – Sábado, 14 de março de 1936. Número 5. Matéria “Pela Nossa Cidade”: A matéria faz um apelo ao leitor e cidadão da cidade para que se abstenham de fazer das ruas despejo de lixo para a cidade se manter limpa e asseada. Também esclarece que a prefeitura mantém serviço de limpeza pública, mas a população precisa se engajar e cooperar nesse sentido para ambos contribuírem para o bem salutar comum (Figura 6).

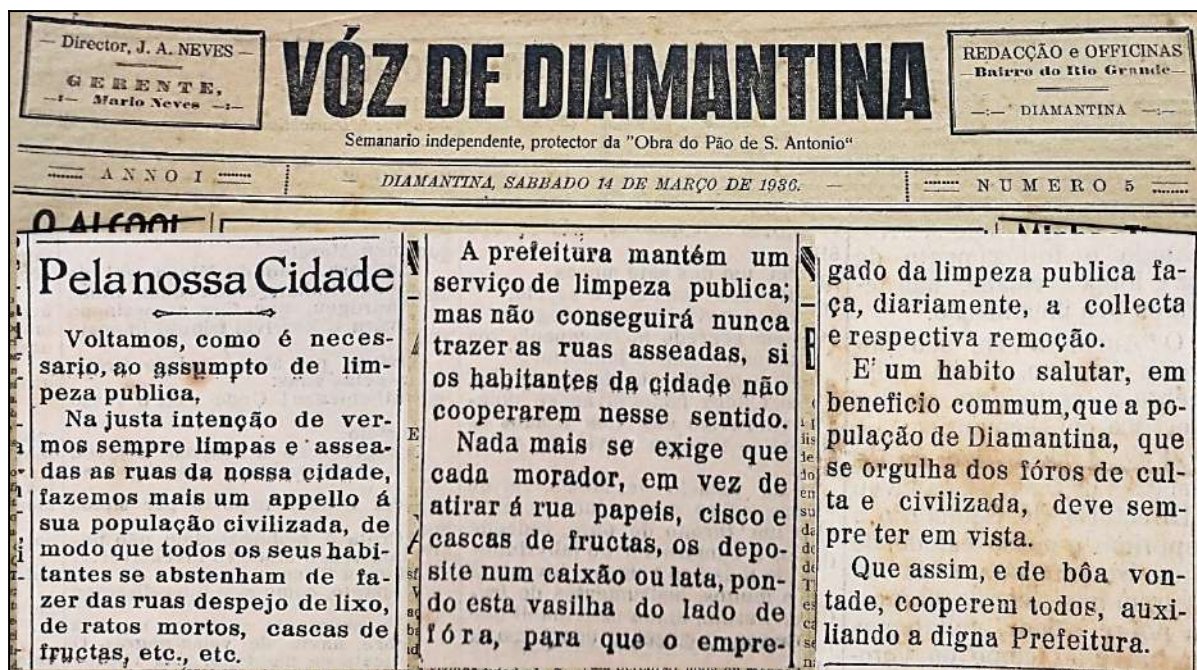


Figura 6 - Recorte da matéria "Pela Nossa Cidade" (Jornal Voz de Diamantina, 1936).

- 2) Voz de Diamantina – Sábado, 6 de junho de 1936. Número 17. Matéria "À bem da saúde pública": O texto fala de uma caixa de inspeção da rede de esgotos, situada no beco do Hospital da Saúde, que está entupida e exalando um mau cheiro insuportável em todo o bairro.



Figura 7 - Recorte da matéria "À bem da saúde pública" (Jornal Voz de Diamantina, 1936).

3) Voz de Diamantina – 2ª quinzena de maio de 1985. Número 4. Matéria “Diamantina: Projeto Meio Ambiente”: Cobrindo a primeira página do jornal, o leitor se depara com esse projeto. Todo o projeto busca desenvolver atividades para melhoria da jardinagem das praças da cidade; palestras em escolas sobre o tema “meio ambiente”; e promover gincanas e brincadeiras com crianças no dia da inauguração do projeto. Apesar da ideia de o projeto gerar certa mobilização para “melhoria do meio ambiente”, nota-se a falta da palavra “água” em todo o texto, refletindo despreocupação com a água dentro do tema “meio ambiente”.



Figura 8 - Recorte da matéria " Diamantina: Projeto Meio Ambiente " (Jornal Voz de Diamantina, 1985).

- 4) Voz de Diamantina – 1ª quinzena de agosto de 1985. Nº 9. Matéria “Diamantina desenvolve projetos importantes na área do saneamento básico”: A matéria diz que o prefeito de Diamantina liberou verba para construção de adutora de água, compra de caixa d’água e filtro de areia para as cidades de Desembargador Ottoni, Senador Mourão e, para Mendanha, serem feitos estudos da água local para abastecimento.



Figura 9 – Recorte da matéria " Diamantina desenvolve projetos importantes na área do saneamento básico " (Jornal Voz de Diamantina, 1985).

- 5) Plataforma Youtube – Vídeo “Mãe de família fala do esgoto a céu aberto em Diamantina -MG”: Moradora de Diamantina do bairro Rio Grande expõe indignação em relação ao esgoto a céu aberto no meio da cidade. O vídeo revela imagens do local comprovando ocupação às margens do rio que é usado como despejo de dejetos humanos.



**Figura 10 – Imagem da plataforma Youtube de vídeo “Mãe de família fala do esgoto a céu aberto em Diamantina -MG” (Youtube, 2012).**

- 6) Plataforma Facebook – Postagem de Gilmara Paixão (16 de agosto de 2020) expondo descarga de esgoto *in natura* em trecho do Rio Grande. A postagem expressa um apelo da cidadã sobre o precário saneamento básico em Diamantina e no Brasil.

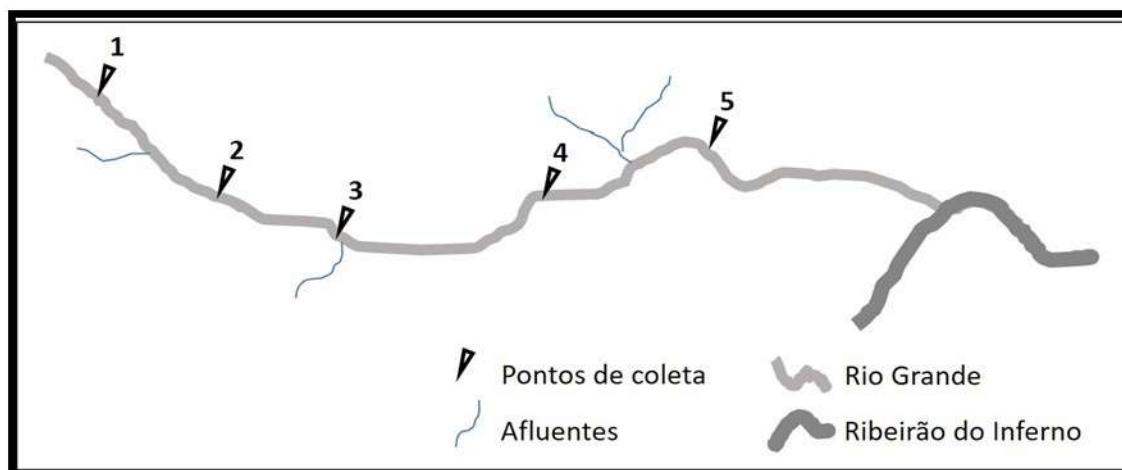


Figura 11 - Postagem de cidadã diamantinense sobre precário saneamento (Facebook, 2020)

- d) Protocolo de avaliação do estado ecológico do rio Grande

O Protocolo de Avaliação Rápida - PAR (CALLISTO et al, 2002) é um instrumento que mensura as condições ecológicas de rios e seu entorno. Ele avalia um conjunto de parâmetros em categorias descritas e pontuadas. Essa pontuação é atribuída a cada parâmetro com base na observação das condições de habitat. O valor final do protocolo de avaliação é obtido a partir do somatório dos valores atribuídos a cada parâmetro independente. As pontuações finais refletem o nível de preservação das condições ecológicas dos trechos de bacias estudados, onde de 0 a 40 pontos representam trechos “impactados”; 41 a 60 ponto representam trecho “alterados”; e acima de 61 pontos, trechos “naturais”.

No presente estudo o PAR foi aplicado em 5 pontos (Figura 11) do rio Grande (córrego da Palha) no inverno, período frio e seco, quando as chuvas são mais escassas.



**Figura 12 - Representação dos pontos de aplicação do PAR**

O ponto 1 reflete o trecho da nascente do rio à montante da ocupação humana. Os pontos 2, 3 e 4 estão localizados em trechos urbanos e recebem muita carga de esgoto e lixo. O ponto 5 está à jusante da cidade.

Após concluída a aplicação do protocolo, a pontuação de cada trecho do rio estudado obtida pelo PAR foi:

**Tabela 1 - Resultado do PAR**

Trecho	Score
Ponto 1	98
Ponto 2	27

Ponto 3	28
Ponto 4	24
Ponto 5	50

Portanto, de acordo com os critérios de avaliação estabelecidos no PAR, os pontos 2, 3 e 4 foram classificados como “impactados”; o ponto 5 foi classificado como “alterado”; e apenas o ponto 1 foi classificado como “natural”.

### **Conclusões e perspectivas**

Não distante da realidade da maioria das cidades brasileiras, Diamantina está fora dos padrões legais de preservação das margens de seus rios urbanos. O rio Grande possui ocupação humana em praticamente todo seu trecho urbano, impactando negativamente o curso d’água, a flora e fauna local.

A história da cidade demonstra que o rio Grande já proporcionou muitos benefícios à população em quesitos de abastecimento, recreativos e econômicos. Além disso, o rio Grande foi o precursor do início do povoamento de Diamantina por ter sido o “guia” de chegada à estabilização dos primeiros bandeirantes que se aventuraram a andar por essas bandas.

Hoje em dia, a população está insatisfeita com a atual situação do rio. Contudo, ao mesmo tempo que lhes faltam incentivo do governo na solução/minimização dos problemas, a própria população não tem mais uma relação afetiva saudável com o rio. As margens ocupadas, os esgotos clandestinos, lixo desenfreado no rio e a pouca (ou nenhuma) mobilização para melhoria, refletem essa trágica situação do rio Grande.

Os resultados do Protocolo de Avaliação de Rápida (PAR) confirmam que a interferência humana impacta o rio Grande em todo trecho urbano. O PAR também revela um estado natural do mesmo rio no trecho próximo à sua nascente, por estar à montante da área urbana. Já à jusante, o estado do rio, classificado pelo PAR como “alterado”, demonstra melhoria de qualidade devido à natural resiliência do rio sem a interferência antrópica.

Este trabalho ajuda a compreender o território do rio Grande, nos seus aspectos legais, históricos/culturais, afetivos e naturais.

O rio Grande como território é imprescindível para a população diamantinense que o reconhece como parte essencial de sua história antiga e atual. A revitalização do rio é ainda possível e resgataria valores ecológicos e culturais desta cidade Patrimônio histórico e cultural da humanidade.

## Referências

ALKMIN, Tania. Sociolinguística — Parte I. In MUSSALIM, Fernanda e BENTES, Anna Christina. *Introdução à linguística*. São Paulo: Cortez, 2001. v. 1.

ALVES, Ieda Maria. *Neologismo: criação lexical*. São Paulo: Ática, 2002.

ANDRADE, Maria Margarida e MEDEIROS, João Bosco. *Comunicação em língua portuguesa*. São Paulo: Atlas, 2001.

ASSIRATI, Elaine Therezinha. Neologismos por empréstimo na informática. *Alfa*: São Paulo, v.42 (n.esp.), pp. 121-145, 1998.

BAGNO, Marcos. *Norma linguística*. São Paulo: Edições Loyola, 2001.

BARBOSA, Heloísa Gonçalves. *Procedimentos técnicos da tradução: uma nova proposta*. 2. ed. Campinas: Pontes, 2004.

BIDERMAN, Maria Tereza Camargo. *Teoria linguística: teoria lexical e linguística computacional*. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

CAMACHO, Roberto Gomes. *Da Linguística formal à Linguística social*. São Paulo: Parábola, 2013.

CAMACHO, Roberto Gomes. O formal e o funcional na teoria variacionista. In RONCARATI, Claudia e ABRAÇADO, Jussara. (orgs) *Português brasileiro: contato linguístico, heterogeneidade e história*. Rio de Janeiro: 7Letras, 2003.

CAMPOS, Geir. *O que é tradução*. São Paulo: Brasiliense, 1986.

CARVALHO, Nelly. *Empréstimos linguísticos*. São Paulo: Ática, 2002.

CARVALHO, Nelly. Empréstimos linguísticos e identidade cultural. In ALVES, Ieda Maria et al (orgs.). *Os estudos lexicais em diferentes perspectivas*. São Paulo: FFLCH/USP, 2009. v. 1, 255p.

CEZARIO, Maria Maura; VOTRE, Sebastião. Sociolinguística. In MARTELOTTA, M.E. (Org.). *Manual de Linguística*. São Paulo: Contexto, 2008. p. 141-155.

CIPRO NETO, Pasquale e INFANTE, Ulisses. *Gramática da língua portuguesa*. São Paulo: Scipione, 1998.

CHAMBERS, J. K. *Sociolinguistic theory*. Oxford, Cambridge: Blackwell, 1995.

COAN, Márluce e FREITAG, Raquel Meister Ko.. Sociolinguística variacionista: pressupostos teórico-metodológicos e propostas de ensino. *Domínios da Linguagem*, Volume 4, nº 2 – 2º Semestre 2010. p. 173-194.

CUNHA, Antônio Geraldo da. *Os estrangeirismos da língua portuguesa: vocabulário histórico etimológico*. São Paulo: Humanitas FFLCH/USP, 2003.

FARACO, Carlos Alberto (org.) *Estrangeirismos — guerras em torno da língua*. São Paulo: Parábola, 2001.

FIORIN, José Luiz (org) *Introdução à linguística — objetos teóricos*. São Paulo: Contexto, 2001.

GALVÃO, Vânia Cristina Casseb e NASCIMENTO, André Marques do. *Sociolinguística Variacionista e Funcionalismo: confluências epistemológicas*. In MAGALHÃES, J. S.; TRAVAGLIA, L. C.. (Orgs.). *Múltiplas perspectivas em linguística*. Uberlândia: EDUFU, 2008, p. 357-369.

GARCEZ, Pedro de Moraes e ZILLES, Ana Stahl Maria. *Estrangeirismos: desejos e ameaças*. In FARACO, Carlos Alberto (org.) *Estrangeirismos — guerras em torno da língua*. São Paulo: Parábola, 2001.

GONÇALVES, Clezio Roberto. *Uma abordagem Sociolinguística do uso das formas você, ocê e cê no português*. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2008, 349p. Tese (Doutorado).

GUILBERT, Louis. *La créativité lexicale*. Paris: Larousse, 1975.

HOUAISS, Antônio e VILLAR, Mauro de Salles. *Dicionário Houaiss da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.

JESUS, Ana Maria Ribeiro de. *Empréstimos, tradução e uso na prática terminológica TradTerm*, São Paulo, v. 20, dezembro/2012, p. 111-128.

LABATE, Francisco Gilberto. *Vocabulário da economia: formas de apresentação dos estrangeirismos*. Dissertação de Mestrado. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2008. 136p.

LABOV, William. *Padrões sociolinguísticos*. Trad. Marcos Bagno, Maria Marta Pereira Scherre e Caroline Rodrigues Cardoso. São Paulo: Parábola Editorial, 2008.

LABOV, William. *Principles of linguistic change*. Oxford: Blackwell, 1994. v. 1

LOREGIAN-PENKAL, Loremi. *(Re)análise da referência de segunda pessoa na fala da região Sul*. Curitiba/PR: Universidade Federal do Paraná, 2004, 261p. Tese (Doutorado).

LUCCHESI, Dante. A Teoria da Variação Linguística: um balanço crítico. *Estudos Linguísticos*, São Paulo, 41(2): p. 793-805, maio-ago 2012.

MATTOS E SILVA, Rosa Virgínia. Variação, mudança e norma: movimentos no interior do português brasileiro. In BAGNO, Marcos. *Linguística da norma*. São Paulo: Edições Loyola, 2002.

MOLLICA, Maria Cecília. Fundamentação teórica: conceituação e delimitação. In MOLLICA, Maria Cecília e BRAGA, Maria Luiza (orgs.). *Introdução à sociolinguística: o tratamento da variação*. São Paulo: Contexto, 2003.

MONTEIRO, José Lemos. *Para compreender Labov*. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2000.

OLIVEIRA, Luciana Pissolato e ALVES, Ieda Maria. *Constituição morfossintática do léxico da genética molecular: a produtividade dos processos de formação de palavras*. TermNeo, 2007, p. 1-9.

PERES, Edenize Ponzo. *O uso de você, ocê e cê em Belo Horizonte: um estudo em tempo aparente e em tempo real*. Belo Horizonte/MG: Universidade Federal de Minas Gerais, 2006, 247p. Tese (Doutorado).

PRADO, Daniela de Faria. *Uma análise das inserções dos empréstimos linguísticos da área da informática no Dicionário Aurélio XXI*. Universidade Federal de Uberlândia, 2006. 138p.

ROCHA, Ana. *Termos básicos de literatura, linguística e gramática*. Porto: Europa-América, 1997.

SANDMANN, Antônio José. *Morfologia lexical*. São Paulo: Contexto, 1997.

SANTOS, Agenor Soares dos. *Dicionário de anglicismos e de palavras inglesas correntes em português*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2006.

SILVA, Antônio Carlos Pinho. *Expressões estrangeiras em Língua Portuguesa e avanços tecnológicos: um estudo histórico-linguístico da seção Tem Mensagem Pra Você*, da Revista Info Exame. Dissertação de Mestrado. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2005. 119p.

SILVA, Gisele Machline de Oliveira e SCHERRE, Maria Marta Pereira (orgs.). *Padrões Sociolinguísticos — análises de fenômenos variáveis do português falado no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1996.

VALADARES, Flavio Biasutti. *Uso de estrangeirismos no Português Brasileiro: variação e mudança linguística*. Tese de Doutorado. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo/PUCSP, São Paulo, 2014. 190p.

Processo de Avaliação por Pares: (*Blind Review*)

Publicado na Revista Vozes dos Vales - [www.ufvjm.edu.br/vozes](http://www.ufvjm.edu.br/vozes) em: 05/2021

Revista Científica Vozes dos Vales - UFVJM - Minas Gerais - Brasil

[www.ufvjm.edu.br/vozes](http://www.ufvjm.edu.br/vozes)

UFVJM: 120.2.095-2011 - QUALIS/CAPES - LATINDEX: 22524 - ISSN: 2238-6424